

Temas relevantes da agenda federativa

Outubro de 2014

Agenda federativa

Outubro 2014

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

antonio.lassance@ipea.gov.br

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Leonardo Meira Reis (pesquisadores do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA), e Crislaine do Nascimento (da Subchefia de Assuntos Federativos da SRI).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

Agenda federativa

Outubro 2014

Análise

As eleições presidenciais e estaduais, em dois turnos (dias 5 e 26), definem o novo quadro de representação federativa do País, nessas duas esferas.

Durante o mês, a Câmara tenta retomar suas votações, com uma pauta bastante restrita, mas, ainda assim, com o impasse da obstrução interposta à tentativa de derrubar o decreto presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

A matéria de maior relevância federativa na Câmara é a PEC 197/2012, que reparte o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) entre os estados de origem e de destino da compra de produtos e serviços pela internet. A PEC foi aprovada pelo Senado e encaminhada à Câmara em julho de 2012. Recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de sua comissão especial, mas aguarda votação no Plenário desde abril de 2014. A proposta reparte entre os estados de origem e de destino o ICMS da compra de produtos e serviços pela internet.

As deliberações mais importantes no Congresso podem vir do Senado. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado discute o Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014, permite a convalidação da concessão de benefícios fiscais feitos à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz):

"Art. 1º Ficam convalidados os atos normativos de concessão de benefícios ou de incentivos fiscais ou financeiros vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), editados até 1º de maio de 2014, sem observância do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal." ([PLS 130/2014, Senado Federal](#))

Agenda federativa

Outubro 2014

A saída permitiria regularizar os benefícios hoje inconstitucionais. O assunto tem a ameaça de ser objeto, em breve, da Proposta de Súmula Vinculante 69, do Supremo Tribunal Federal (STF), que considera inconstitucionais os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos sem prévia aprovação unânime do Confaz.

A eventual edição da súmula obrigaria a todos os órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, a determinar a automática retirada dos incentivos fiscais.

O plenário do Senado pode apreciar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013, que prevê a redução dos encargos das dívidas estaduais, municipais e do DF. O projeto foi aprovado pela Câmara e enviado ao Senado no ano passado. As propostas de emenda foram rejeitadas pelo relator da matéria (senador Luiz Henrique, PMDB-SC), o que foi acatado pela CAE. Com isso, o texto está pronto para ser incluído na ordem do dia do plenário. Sem alterar a proposta proveniente da Câmara, o plenário do Senado é o último estágio para a aprovação final no Congresso e seguiria para a sanção presidencial.

A CAE do Senado também analisa projeto de lei que dá incentivos à contratação de beneficiários do Bolsa Família por empresas. A matéria teve parecer favorável e facultaria ao empregador deduzir, da contribuição patronal devida à Seguridade Social, o valor equivalente ao benefício do Bolsa Família. O empregado teria o benefício suspenso durante o período de vínculo com a empresa.

O autor também cria, no projeto, o Cadastro Nacional de Inclusão Produtiva do Trabalhador – Pró-Trabalho, que centralizaria as informações dos trabalhadores nessa situação. A ideia do autor do projeto (Senador Álvaro Dias) é incentivar as “portas de saída” dos programas sociais, sob o argumento de que os programas sociais podem fomentar dependência e acomodação dos beneficiários. Em fase terminativa, se aprovado na CAE, o projeto segue direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Agenda federativa

Outubro 2014

Calendário político

3 de outubro

- Prazo final para 81 municípios de estados situados nas áreas dos 12 parques nacionais do País enviarem projetos de produção artesanal, cultural ou agroindustrial associada ao turismo para obterem apoio do Ministério do Turismo (MTur).

5 de outubro

- Primeiro turno das eleições presidenciais e estaduais.

7 de outubro

- Mobilização Permanente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com a pauta do aumento do FPM, prorrogação do prazo para a erradicação dos lixões e revisão do piso salarial dos professores. Dias 7 e 8, no Congresso Nacional, Brasília/DF.
- Possibilidade de votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal (SF) do projeto (PLS 130/2014) que convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao ICMS.
- Possibilidade de votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal do projeto de lei que visa a incentivar a contratação de beneficiários do Bolsa Família por empresas e prevê suspensão do benefício durante todo o período em que durar seu vínculo com a empresa. O projeto tramita em fase terminativa na CAE do Senado – se aprovado, segue direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

Agenda federativa

Outubro 2014

8 de outubro

- Prazo de envio de propostas ao Programa de Infraestrutura em Territórios Rurais (Proinf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa prevê investimentos em infraestrutura produtiva, beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização de produtos da agricultura familiar em 29 Territórios Rurais e da Cidadania.

9 de outubro

- 3ª Rodada Regional do 2º Congresso Paranaense de Cidades Digitais, em Londrina/PR. Organizado pela Rede Cidade Digital (RCD), o congresso busca debater e apresentar soluções para o aprimoramento dos serviços públicos prestados pelos municípios das regiões Norte e Noroeste do estado. O evento é direcionado a prefeitos, vereadores, gestores públicos, empresários de TIC e interessados pelo tema.
- Prazo final para a manifestação dos 676 municípios habilitados em Portaria do Ministério da Saúde e interessados na adesão ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QualifarSUS). Mais de R\$ 25 milhões serão destinados para investimentos em farmácias nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- XLII Reunião do Foro Consultivo de Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL - FCCR. Assunção, Paraguai.

10 de outubro

- Prazo para municípios preencherem as informações do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Mapeamento SAN). Por meio desta iniciativa, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai diagnosticar as ações e programas dos governos municipais e identificar os equipamentos públicos e estruturas existentes nos municípios. Com as informações, também será possível

Agenda federativa

Outubro 2014

analisar a participação da sociedade civil nas ações de segurança alimentar e nutricional.

- Data prevista para a licitação da barragem Congonhas, no norte de Minas Gerais. A licitação corresponde a construção da barragem principal. Posteriormente, serão licitadas a elevatória para abastecimento de Montes Claros e a barragem de derivação. O empreendimento permitirá armazenamento de 575 milhões de m³ de água e proporcionará recursos hídricos a 500 mil moradores.

13 de outubro

- Encerra-se o prazo para que os interessados participem da consulta pública para a regulamentação colaborativa da Lei 13.019/2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
- 11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) às secretarias estaduais e municipais. Tem por objetivo democratizar o acesso ao conhecimento científico e aproximar a população da ciência e da tecnologia, promovendo e estimulando atividades de educação científica. A temática deste ano é "Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social". Dias 13 a 19
- Prazo de inscrição para instituições interessadas em participar do edital que selecionará 34 novos Pontos de Cultura para o estado do Rio de Janeiro.

15 de outubro

- Terceira etapa do "Diálogo Municipalista – Caminhos para enfrentar a Crise", organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup). O evento tem como objetivo apresentar aos gestores a pauta política e as alternativas para o enfrentamento do que a CNM chama de crise municipalista. Dias 15 e 16, em João Pessoa/PB.

Agenda federativa

Outubro 2014

- Prazo para municípios encaminharem sugestões ou contribuições ao projeto implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens, inserido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Proposta de consulta pública para implantação do Sistema foi publicada pelo Diário Oficial da União (DOU) no último dia 08/09, através das portarias Nº 326 e 327.

16 de outubro

- Terceira etapa do “Diálogo Municipalista – Caminhos para enfrentar a Crise”, organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN/RN). Tibau do Sul/RN, dias 16 e 17.

18 de outubro

- Prazo final para que os fundos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente se cadastrem junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para estarem habilitados a receber doações pelo Programa Gerador da Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física. Na prática, a inclusão permite que os contribuintes façam, na declaração do imposto de renda, doações que são integralmente abatidas do imposto devido.

20 de outubro

- Prazo para envio de propostas à Agência Nacional de Águas (ANA) para a proteção de mananciais e pagamento de serviços ambientais, em todo o País. Estão previstos R\$ 5,6 milhões em recursos, a serem repassados a projetos de no máximo R\$ 700 mil. As inscrições devem ser feitas no site do Sistema de Convênios do Governo Federal (Sincov).

Agenda federativa

Outubro 2014

26 de outubro

- Segundo turno das eleições presidenciais e estaduais.
- Prazo para inscrições para o Prêmio InovaSUS-2014, que vai selecionar iniciativas inovadoras em gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). As secretarias de Saúde dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, Consórcios Públicos de Saúde e Fundações Públicas de Saúde, podem participar. O objetivo é premiar e incentivar a adesão de boas práticas na gestão do trabalho.

27 de outubro

- Início do período de votação das eleições do Conselho do Meio Ambiente (CONAMA), que escolherão 11 organizações não governamentais (ONGs) para ocupar as vagas no conselho no período de 2015 a 2017. Serão eleitas duas ONGs por região geográfica do país e uma de âmbito nacional. A votação segue até 28 de novembro e o resultado final será divulgado no dia 15 de dezembro.

28 de outubro

- 14ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (Expoepi). Promovida pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, a mostra tem como principal objetivo difundir os serviços de saúde do SUS que se destacaram pelos resultados alcançados em atividades relevantes para à Saúde Pública. Brasília/DF, dias 28 a 31;

30 de outubro

- Prazo para cadastramento de propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv) ao processo da Secretaria Nacional de Segurança Pública que visa implementar delegacias especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das

Agenda federativa

Outubro 2014

Casas da Mulher Brasileira, nos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal. O cadastramento é feito pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

31 de outubro

- Prazo para que as unidades de ensino municipais, estaduais e do DF façam a adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O programa tem a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas da rede pública de educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo é promover melhorias na infraestrutura física e pedagógica das unidades de ensino e incentivar a autogestão escolar.
- Prazo para que os Conselhos de Assistência Social registrem, no SuasWeb, sua comprovação dos gastos para o Índice de Gestão Descentralizada de 2013 (IGD-2013). O IGD é um indicador que mostra a qualidade da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF). O índice varia entre zero e 1. Com base nesse indicador, o MDS repassa recursos a estados e municípios para a realização da gestão do Bolsa Família. Quanto maior o valor do IGD, maior será também o valor dos recursos a serem repassados.

Agenda federativa

Outubro 2014

Eventos ao longo do mês

- Possibilidade de votação ao longo do mês, após as eleições, do relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 na Comissão Mista de Orçamento (CMO).
- Possibilidade de votação no Senado Federal, após as eleições de 5 de outubro, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013, que prevê a redução dos encargos das dívidas estaduais e municipais. O projeto foi aprovado pela Câmara e enviado ao Senado no ano passado. As propostas de emenda foram rejeitadas pelo relator da matéria (senador Luiz Henrique, PMDB-SC), o que foi acatado pela CAE. Com isso, o texto está pronto para ser incluído na ordem do dia do Plenário, sem alterar a proposta que veio da Câmara. Portanto, se aprovado, segue para sanção.
- A Câmara dos Deputados pode votar a PEC 197/2012, que reparte entre os estados de origem e de destino o ICMS da compra de produtos e serviços pela internet. A PEC foi aprovada pelo Senado e encaminhada à Câmara em julho de 2012. Recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de comissão especial, mas aguarda votação no Plenário desde abril de 2014. Segundo o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), há o entendimento para que, assim que o Senado votar a redução dos encargos (PLC 99/2013), a Câmara dos Deputados decida sobre a PEC que reparte entre os estados de origem e de destino o ICMS da compra de produtos e serviços pela internet.